



## ***A ESFERA PÚBLICA E A DEVASTAÇÃO DOS MANGUEZAIS ARACAJUANOS, SERGIPE, BRASIL***

***Fernanda Cordeiro de Almeida***

*Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente, UFS  
Universidade Federal de Sergipe – Campus de Laranjeiras  
Núcleo de Museologia  
E-mail: [fernandacordeiroAlmeida@yahoo.com.br](mailto:fernandacordeiroAlmeida@yahoo.com.br)*

***Adauto de Souza Ribeiro***

*Universidade Federal de Sergipe (UFS)  
Centro de Ciências Biológicas e da Saúde  
Doutor em Ciências (Energia Nuclear na Agronomia) - USP  
E-mail: [adautosr@ufs.br](mailto:adautosr@ufs.br)*

### **ABSTRACT**

This paper aims at understanding, based on Aracaju city history, the reasons why the mangroves of the city were covered with earth, in public sphere. To answer this question, it was indentified the reasons for mangroves covering throughout Aracaju history. After the first step of the research, the data collection, the research documents were categorized, according to Bardin (1977). Although this objective, identify the reasons for mangroves covering throughout Aracaju history, there are the categories named public sphere and the public-private connection, divided into another classes: health, accessibility, housing and real estate speculation. This paper aims study the mangroves of the city were covered with earth, in public sphere, that had with reason health-accessibility. From this research, the reasons for the coverings show a continuous time and, besides that, an agreement by civil society in which the government is included.

**Key words:** Covering with earth, Environmental planning, Environmental History.

### **RESUMO**

Este artigo tem o intuito de compreender, através da trajetória histórica de Aracaju, *por que motivos* os manguezais da cidade foram aterrados, no âmbito da esfera pública. Para tanto, foram identificadas as motivações para os aterramentos de manguezais ao longo da História de Aracaju. Após o primeiro passo da pesquisa, que foi a coleta de fontes, o conjunto da documentação pesquisado foi categorizado, de acordo com a análise de conteúdo sugerida por Bardin (1977). A partir deste objetivo, identificar as motivações, encontrou-se as categorias esfera pública e a conexão público-privada, divididas nas subcategorias: salubridade, acessibilidade, habitação e especulação imobiliária. Este artigo debruça-se sobre os aterros efetuados na esfera pública, que teve como motivação a subcategoria salubridade-acessibilidade. Observa-se, através deste estudo, que as motivações para os aterros de manguezais aracajuanos apresentam uma continuidade temporal, e, além disto, uma convivência da sociedade civil, na qual está inserido o poder público.

**Palavras-chave:** Aterro, Planejamento ambiental, História Ambiental.

## 1 INTRODUÇÃO

Quais as motivações para os aterramentos dos manguezais ao longo da história de Aracaju? Esta não é uma resposta simples, nem tampouco óbvia, e não é única. Para esta questão, existem várias respostas. A princípio, foram agrupadas nas seguintes categorias de análise: salubridade, acessibilidade, habitação, política e especulação imobiliária.

No entanto, percebeu-se, por diversas vezes, a associação destas categorias, o que tornou a análise mais complexa, impelindo a mais uma classificação que facilitasse a compreensão histórica e textual da dissertação e, portanto, uma melhor visualização dos resultados. Optou-se, então, pelo agrupamento em duas grandes categorias de análise: a esfera pública e a conexão público-privada. Esta escolha deveu-se ao fato de as motivações para os aterros estarem sempre associadas ou à esfera pública ou à fusão entre as duas esferas. Este artigo tem como objetivo demonstrar, através das fontes históricas, por quais motivos os manguezais da cidade de Aracaju foram aterrados, no âmbito da esfera pública.

## 3 DEVASTAÇÃO DE MANGUEZAIS

A devastação dos manguezais não é uma exclusividade aracajuana. Portanto, o tema, embora pareça, não é novidade. Apesar da dificuldade de congregar dados acerca do tema manguezal e, principalmente, sobre os aterramentos e a conseqüente devastação deste ecossistema, foi possível realizar uma revisão bibliográfica tanto em nível global, como nacional. A seleção do material deveu-se ao encontro de números que pudessem quantificar em hectares (ha) e quilômetros (km) os manguezais devastados, como também a qualidade acadêmica dos estudos, muito embora, não haja dados quantitativos sobre a devastação dos manguezais aracajuanos.

Em nível global, relatam-se os casos de devastação no continente asiático (China) e na América Latina (Colômbia e Venezuela). Enquanto no Brasil, o quadro conjuga-se de forma distinta, na medida em que diversos artigos de Yara Schaeffer Novelli & Gilberto Citrón-Molero (1993) remetem exaustivamente ao tema, muito embora não haja um quantitativo, em km ou em ha, mas um quadro das devastações sofridas pelos manguezais nestes 500 anos de História do Brasil.

O ecossistema manguezal está distribuído mundialmente em zonas tropicais e subtropicais, e, portanto, o seu melhor desenvolvimento ocorre na faixa entre os trópicos de Câncer e Capricórnio (23° 27'N e 23°27'S). Eventualmente, desenvolvem-se em latitudes superiores, alcançando 32° N e 39° S, mas o desenvolvimento e vigor nestes extremos latitudinais diminuem, já que as plantas de mangue não toleram a adversidade climática proveniente dessas latitudes. Seu desenvolvimento estrutural máximo ocorre perto da linha do Equador (SCHAEFFER-NOVELLI & CITRÓN-MOLERO, 1993).

Os manguezais compõem grandes áreas costeiras do mundo tropical e subtropical, onde Oslen & Dinerstein (1998) estabeleceram uma lista contendo as principais ecorregiões a serem conservadas no mundo. Dentre as ecorregiões apontadas, as que se referem aos manguezais em âmbito mundial foram assim divididas nas porções: Neotropical, abrangendo países da América Central e do Sul; Afro-Tropical, composta por países do continente africano; Indo-Malásia, que se estende por países asiáticos; e Australásia, composta pelos continentes australiano e asiático.

A área total de manguezais da China é estimada em aproximadamente 17.800 ha, representando 0,1% do total mundial e 0,24% dos manguezais asiáticos (74.588.000 ha, incluindo os do país em questão). Na década de 1980, os aterros de manguezal, para a maricultura, promoveram ainda mais a supressão dos mesmos. Além disto, o uso de produtos marinhos (o camarão na maioria dos casos) é altamente lucrativo, o baixo custo do cultivo de arroz facilita a construção de lagos de peixes ou de camarões. Estes fatores culminaram no desaparecimento de aproximadamente dois terços dos manguezais chineses (LI & LEE, 1997).

Um exemplo de devastação na China é que, na década de 1950, havia 21.289 ha de franja de mangue no litoral de Guangdong. No presente, permanecem apenas 7.787 ha, representando 63% de perda dos manguezais originais. O que ocorreu em Hong-Kong foi algo diferente. Historicamente, a grande área de manguezais de Hong-Kong encontrava-se na Baía Funda e em Tolo Harbour, mas a paisagem de ambos os lugares tem sido bem alterada passados 70 anos. Outro fator para os aterramentos foi o desenvolvimento urbano depois de meados da década de 1980, que promoveu a remoção de vastas áreas de florestas de manguezais para a construção de portos, estradas e indústrias (LI; LEE, 1997).

No Equador, a construção, em meados do século XX, de cidades litorâneas, como Guayaquil, Manta e Portoviejo, promoveu o aterramento de manguezais locais. A partir da década de 1970, a implantação da carcinicultura proporcionou um impacto ambiental sem precedentes. A indústria do camarão tem como pressuposto a devastação dos manguezais, visto que seus solos são incorporados na infra-estrutura das piscinas de criatórios de camarão (C-CONDEM, 2007).

Para se ter uma idéia da devastação dos manguezais no Equador, em julho de 1987, as áreas que continham o ecossistema representavam 362.802 ha. Já em 2004, a extensão das áreas caiu drasticamente para o número de 108.000 ha. Houve, assim, um decréscimo de cerca de 70% dos mangues em 30 anos.

Já a Colômbia possui cerca de 378.938 ha em extensão de manguezais, sendo que cerca de 291.030 ha, compõem a porção do litoral do Pacífico e quase 87.908 ha no Caribe. Em 1981, o país ocupava o décimo lugar em extensão de manguezais com cerca de 440.000 ha, mas este número foi modificado com o passar de 30 anos. De acordo com pesquisas locais (RUIZ, 1997), neste período, foram perdidos 1.220 km<sup>2</sup> de manguezais, o equivalente a 40,8 km<sup>2</sup> por ano. Porém, a maior perda foi registrada no Caribe. Em 1984, havia cerca de 1.898 km<sup>2</sup> e permaneceram apenas 863 km<sup>2</sup>, em 1997, ano de publicação do estudo aqui referenciado.

As principais causas para a destruição dos manguezais na Colômbia são expansão turística, construções civis e assentamentos urbanos, drenagens e canalizações, construção e operação da carcinicultura, extração intensiva de madeira, expansão de áreas agrícolas e de pecuária e disposição inadequada de resíduos industriais e domésticos.

### **3.2 A devastação dos manguezais no Brasil**

Os manguezais brasileiros ocupam uma área equivalente a 25.000 km<sup>2</sup> e são encontrados ao longo de quase todos os 8.000 km da costa brasileira. Quase porque vão do extremo norte, na foz do Oiapoque (04°30' N, Amapá), a Laguna (28°30' S, Santa Catarina), na região Sul. Esses ecossistemas estão associados a costas de baixa energia ou a ambientes lagunares, estuarinos, enseadas e baías que oferecem a proteção necessária ao seu desenvolvimento (SCHAEFFER-NOVELLI, 1989).

Schaeffer-Novelli *et al* (1990) classificaram os manguezais brasileiros em unidades fisiográficas. Para tal classificação, foram associadas às feições de cada litoral (tipo de solo, relevo, cobertura vegetal) aos valores das temperaturas médias anuais, evapotranspiração potencial, amplitude das marés e de sizígia. Foram identificadas oito unidades: **Unidade I – (04°30'N – 01°42' N) do Oiapoque ao Cabo Norte**, no litoral do Amapá. Este trecho vai da margem esquerda do rio Oiapoque ao Cabo Norte, que faz limite ao norte com o delta Amazônico. Há, neste ambiente, o predomínio da *Avicennia sp.* A **Unidade II – (01°42'N – 00°36'S)** está localizada do Cabo Norte à Ponta Coruçá, no litoral do Pará (Golfão Amazônico). Nesta unidade, são encontrados, nas áreas associadas a substratos levemente elevados, o gênero *Avicennia* e, em regiões mais salinas, o *Rizophora*.

A **Unidade III – (00°36'S – 02°15'S)** estende-se da Ponta Coruçá à Ponta Mangues Secos, no litoral do Maranhão. Neste segmento, o gênero *Rizophora* domina as florestas de franja, chegando a atingir 20 m de altura. Nos terrenos mais altos, há o predomínio de *Avicennia* e *Laguncularia*. Já a **Unidade IV – (02°15'S – 05°08'S)**, da Ponta dos Mangues Secos ao Cabo Calcanhar, no Rio Grande do Norte, apresenta manguezais pouco desenvolvidos e associados às áreas estuarinas. A **Unidade V – (05°08'S – 13°00'S)** tem como limites o Cabo Calcanhar e o Recôncavo Baiano. Nesta unidade, são encontrados majoritariamente manguezais estuarinos, onde há a predominância dos gêneros *Rizophora* e *Laguncularia*. Nas partes mais internas, *Laguncularia* e *Avicennia* formam bosques mistos com altura variando entre 10m e 20m.

Na **Unidade VI – (13°00' S – 23°00'S)**, do Recôncavo Baiano a Cabo Frio, são encontrados os três gêneros, que geralmente estão associados a praias e restingas. Já a **Unidade VII – (23°00' – 29°20')**, de Cabo Frio a Torres, é composta pelos três gêneros, formando bosques mistos ou monos específicos. Encontram-se margeando canais, estuários ou à jusante de alguns rios. Por fim, a **Unidade VIII – (29°20'S – 33°45' S)**, de Torres ao Chuí, é composta exclusivamente por cordões dunares e pontais arenosos. Ao longo da linha da costa, são encontradas, também, formações lacunares por trás das praias. A lagoa dos Patos é a mais notável, com 11.000 km<sup>2</sup> de extensão.

A devastação dos manguezais brasileiros não é algo novo. Na realidade, esse tipo de impacto está intrinsecamente vinculado à História do Brasil. São mais de 500 anos da colonização portuguesa e, junto com ela, a exploração histórica dos recursos provenientes dos manguezais como madeira, tanino, peixes, crustáceos e moluscos. Além da exploração desses recursos, com a consolidação dos primeiros centros urbanos, muitos manguezais brasileiros foram suprimidos. A Baía de Todos os Santos, em Salvador-BA, por exemplo, continha um grande manguezal que foi extinto para a construção da Cidade Baixa (MANGUEZAIS, 1993).

Os colonizadores portugueses buscaram, no litoral, abrigo e alimento farto fornecidos pelos ecossistemas costeiros. Com o estabelecimento dos primeiros núcleos urbanos no litoral, grandes extensões de manguezais foram dizimadas. Dessa maneira, quanto mais os povoados cresciam, mais as áreas de manguezal decresciam; primeiro com uma taxa leve (1500 – 1900) e depois, de forma mais avassaladora, causando desequilíbrios por vezes irreversíveis.

A devastação dos manguezais não é uma exclusividade da cidade de Aracaju; outros centros urbanos também foram instalados no litoral em áreas de manguezais. Merecem destaque: as cidades de São Luis (Maranhão), Recife (Pernambuco), Maceió (Alagoas), Aracaju (Sergipe), Salvador (Bahia), Vitória (Espírito Santo), Rio de Janeiro, Mangaratiba, Angra dos Reis e Parati (Rio de Janeiro), Santos, São Vicente, Cubatão, Itanhém, Cubatão,

Iguape e Cananéia (São Paulo), Paranaguá (Paraná), São Francisco do Sul, Joinville, Florianópolis e Laguna (Santa Catarina) (SCHAEFFER-NOVELLI, 1989).

Apesar da escassez de material referente à supressão de manguezais em cidades brasileiras, foram encontrados dados sistematizados sobre algumas delas. O objetivo desta seção não é a exaustão de informações sobre o assunto, mas a comprovação de que a cidade de Aracaju não está sozinha na prática de aterramentos. Das cidades citadas anteriormente, foram encontrados estudos sobre Recife e Olinda (Pernambuco), Santos e Cubatão (São Paulo) e as capitais do norte da região Nordeste (Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco).

Entre as décadas de 1970 e 1980, os manguezais do litoral pernambucano foram devastados por causa da instalação de um pólo industrial e um porto no complexo estuarino de Suape (1979/1980). Calcula-se que, em 1974, a distribuição do ecossistema em Pernambuco correspondia a **2.874 ha**. Quatorze anos após, já em 1988, o número decresceu para **2.276 há**; os **598 ha** destruídos correspondiam a 21,2% da área coberta por mangues do complexo estuarino de Suape. Deste total, **214 ha** foram aterrados por aterro hidráulico ou material argiloso oriundo de outras áreas. **384 ha** foram alagados por causa de dragagem ou inundações por represamento. E **27 ha** encontravam-se em processo de degradação devido à inundação para a obstrução da foz do rio Ipojuca, para a construção do porto (Souza & Sampaio, 2001).

Um estudo comparativo sobre os manguezais, ao norte do nordeste, revela a contradição entre o crescimento e o decréscimo de áreas onde há a predominância deste ecossistema. A região estudada fica compreendida entre os Estados do Piauí e Pernambuco e possui uma área de manguezal total estimada em 600 km<sup>2</sup>. A área é assim distribuída: 174 no Ceará, 160 em Pernambuco, 130 no Rio Grande do Norte, 96 na Paraíba e 40 no Piauí. A pesquisa foi realizada em 2004 e efetuou uma comparação com um estudo de 1978. A partir da comparação, notou-se um aumento significativo da área total: 36%, 158 km<sup>2</sup>. Os maiores acréscimos ocorreram nos estados de Pernambuco (67%), da Paraíba (40%) e do Piauí (35%). Porém, quando a comparação é feita com estudos mais recentes (décadas de 1980 e de 1990), nota-se que houve um decréscimo principalmente nos Estados do Ceará (-24%), do Piauí (-8%) e da Paraíba (-5%) (LACERDA, 2006).

Entretanto, o estudo revela que o aumento das áreas de manguezais ocorrido em alguns estados nordestinos não deve ser associado a sua preservação. Na realidade, é um provável processo de mudanças ocorridas na região, seja mudança climática, com o aumento na temperatura e do nível dos oceanos, ou por intervenções humanas para a construção de açudes e barragens, o que interfere seriamente no crescimento dos manguezais.

Já na região sudeste do Brasil convém ressaltar a devastação ocorrida nos manguezais de Vitória (ES) e da Baixada Santista (SP). A capital do Espírito Santo está encravada numa grande baía-estuário, que é composta de vários rios e devido à expansão urbana existente na cidade, a cada dia, as áreas de manguezais vão sendo incorporadas ao território, por meio de aterros a céu aberto (SCHAEFFER-NOVELLI, 1989, p. 8).

Em Cubatão, a partir da década de 1980, com a implantação de um pólo industrial com cerca de 23 indústrias, houve um grande impacto ambiental no local, com reflexos em cidades da Baixada Santista, como Santos. Tanto Cubatão, quanto Santos localizam-se numa baixada litorânea onde os terrenos firmes ocupavam uma extensão limitada. Para o crescimento e a implantação de infra-estrutura dessas cidades, foram necessários aterros de manguezais. Estima-se que, dos 131 km<sup>2</sup> de manguezais existentes originalmente na região,

cerca de 20 km<sup>2</sup> foram aterrados para ceder lugar a indústrias, terminais de cargas e áreas urbanas (OLMOS & SILVA, 2003).

A partir dos dados acima, percebe-se que a devastação dos manguezais não é apenas uma peculiaridade aracajuana, mas é uma prática corriqueira no mundo e no Brasil e que está intrinsecamente associada ao desenvolvimento e à expansão urbana.

#### 4 MATERIAIS E MÉTODOS APLICADOS

O primeiro procedimento de coleta de dados consistiu na pesquisa bibliográfica sobre o tema, vinculado à História Ambiental, aos manguezais e à História Urbana da Cidade Aracaju. Sobre História Ambiental, foi encontrado material disponível na *internet* em forma de artigos e *papers* e na BICEN/UFS (Biblioteca Central da UFS). Os artigos e *papers* sobre manguezais e sua história foram encontrados, também, na *internet* e através do COMUT (Comutação Bibliográfica) da BICEN/UFS. Por fim, foram encontradas, majoritariamente no IHGSE (Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe), as obras que versaram sobre História Urbana de Aracaju.

Os materiais desta pesquisa foram pesquisados principalmente no IHGSE. Lá, foram encontradas fontes históricas oficiais, tais como mensagens e relatórios dos presidentes da Província de Sergipe (século XIX - império) e dos presidentes e governadores do Estado (Século XX - república). Nas mensagens e relatórios, encontram-se as seções: Obras Públicas, na qual são descritas as principais obras públicas e ações sanitárias da Província (Estado) sergipana; e Saúde Pública, na qual são descritas as ações paliativas da insalubridade, presente na cidade de Aracaju em meados do Século XIX e início do Século XX.

As mensagens dos Presidentes de Província referem-se ao marco temporal compreendido entre 1891 e 1992. Na seção Obras Públicas, são tratadas as ações de saneamento da cidade de Aracaju no início do século XX. Outros assuntos abordados na mesma seção são os aterros de manguezais e a arborização da cidade. A época compreendida entre as duas primeiras décadas do século XX tem como fator determinante, para o direcionamento das obras públicas, a insalubridade.

Os relatórios pesquisados abrangem o período de tempo entre 1855 e 1940. Nas seções Obras Públicas e Saúde Pública, são abordados a vida social da capital (Aracaju), seu processo de urbanização, as dificuldades em conter as várias epidemias que surgiram por falta de saneamento público eficaz e de um abastecimento d'água potável que atingisse a maioria da população.

As mensagens e relatórios dos Presidentes de Província (século XIX) e do Estado (século XX) de Sergipe eram prestações de contas que os governantes apresentavam à Assembléia Legislativa do Estado. Inicialmente, estes documentos oficiais diziam respeito à administração do Estado como um todo. Somente a partir da década de 1920, por meio de interventores municipais, as administrações da capital e do Estado ficam segregadas.

Outro conjunto bastante pertinente de fontes históricas é a coleção de Leis, Decretos e Resoluções da ALPS (Assembléia Legislativa Provincial de Sergipe) de 1855 – 1892, mais tarde de 1892 – 1989 da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, presentes na BPED. Na mesma Instituição, também foram pesquisados o Fundo Câmara (1855 – 1961) e a coleção de Leis, Resoluções e Atos Municipais de Aracaju (1941 – 1990).

Além da documentação oficial representada pelos relatórios e mensagens, também foram pesquisados jornais e realizadas entrevistas. Os jornais foram pesquisados nas hemerotecas do IHGSE e na BPED, além de estarem digitalizados e disponíveis em CDs-Rom

adquiridos na secretária do IHGSE. Os jornais, em meio digital, foram os seguintes: Correio Sergipense (1855 a 1863) e Correio de Aracaju (1906 a 1962). Além destes, foram pesquisados também o Jornal Gazeta de Sergipe (1972 – 1996) e o Jornal da Cidade (1983 – 1996), fruto do contato da autora quando bolsista PIBIC/CNPq durante os anos de 2005/2006 na pesquisa do Projeto: Memórias, Lutas e Sonhos: As ações dos movimentos ambientais em Sergipe, sob a orientação da Professora Visitante do PRODEMA/UFS, Dra. Eliane Oliveira de Lima Freire.

Após o recolhimento das fontes, procedeu-se à análise dos dados coletados. Esta foi efetuada em duas etapas: a primeira foi baseada na análise de conteúdo sugerida por Bardin (1977). A segunda realizou-se tendo como referencial teórico os três níveis de entendimento da História Ambiental (WORSTER, 1991).

A análise de conteúdo foi construída através da técnica de categorização. Esta técnica “[...] consiste em operações de desmembramentos de textos em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos” (BARDIN, 1977, p.153). As categorias desta pesquisa, no entanto, foram criadas a posteriori, incorrendo num grande grupo de categorias a serem analisadas. Desta maneira, procedeu-se, na busca de princípios organizatórios, através da criação de categorias mais amplas ou molares, para depois classificar os indicadores categorias moleculares em módulos interpretativos menos fragmentados (FRANCO, 2003).

A partir do estudo das motivações para os aterramentos de manguezais, foi possível classificá-las em categorias, dentre elas: salubridade, acessibilidade, especulação imobiliária e habitação. Ao verificar a aplicação delas na pesquisa, observou-se a associação das mesmas, o que tornou o processo de análise mais complexo. Decidiu-se observar, então, quem foram os responsáveis pelos aterros de manguezais aracajuanos e chegou-se à hipótese de que os mesmos poderiam ser divididos em esfera pública e privada. Não obstante, um novo retorno aos materiais de pesquisa levou a crer que a esfera pública pode ser vislumbrada em casos específicos. Contudo, a esfera privada em Aracaju esteve sempre associada ao poder público recebendo deste apoio para realizar aterros.

O referencial teórico utilizado para a conceituação das categorias molares esfera pública e a conexão esfera público-privada está baseado nas obras A condição Humana de Hannah Arendt (1997) e Mudança estrutural da esfera pública, de Jürgen Habermas (2003). Buscaram-se citações que respaldassem as relações entre estas duas esferas nas ações de aterramentos dos manguezais aracajuanos.

O segundo procedimento de análise foi aplicar aos objetivos: geral e específicos, os três níveis de entendimento da História Ambiental, quais sejam: 1º O entendimento da natureza, como ela se organizou no passado; 2º A interação sócio-econômica com a natureza; 3º Apreensão mental ou intelectual da natureza (WORSTER, 1991).

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como mencionado anteriormente, os responsáveis pelos aterramentos dos manguezais da cidade de Aracaju podem ser agrupadas em duas categorias: a esfera pública e a conexão público-privada. Na segunda capital sergipana, a esfera privada começou a sua atuação de maneira efetiva a partir da década de 1950. Já a esfera pública iniciou a sua atuação por volta de 1856, nos anos iniciais da nova capital. Antes de adentrar na descrição das ações públicas para os aterramentos, convém conceituar o que é esfera pública.

As conceituações da esfera pública terão como arcabouço teórico as obras *A condição humana*, da filósofa Hannah Arendt (1997) e *Mudança estrutural da esfera pública*, de Jürgen Habermas (2003). A esfera pública é, antes de tudo, o que não é privado ou particular. Arendt interpreta o termo público como dois fenômenos correlatos, mas não idênticos:

Significa em primeiro lugar, que tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível. [...] Em segundo lugar, o 'termo público' significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele. Este mundo, contudo, não é idêntico à terra ou à natureza como espaço limitado para o movimento dos homens e condição geral da vida orgânica. Antes, tem a ver com o artefato humano, com o produto de mãos humanas, com os negócios realizados entre os que, juntos, habitam o mundo feito pelo homem. A esfera pública, enquanto mundo comum, reúne-nos na companhia uns dos outros e contudo evita que colidamos uns com os outros, por assim dizer (ARENDR, 1997, p. 59-62).

No trecho acima, a autora conclui, também, que a esfera pública intermedeia as relações entre os homens, impedindo eventuais colisões. Em meados do século XIX, época de Karl Marx, este intermédio era feito pelo Estado e depois pelo governo:

O que é impossível perceber de um ponto de vista ou de outro é que “a decadência do estado” de Marx havia sido precedida pela decadência da esfera pública ou, antes, por sua transformação numa esfera muito restrita de governo. Nos dias de Marx esse governo já começava a decair ainda mais, isto é, a ser transformado numa “economia doméstica” de dimensões nacionais, até que, em nossos dias, começa a desaparecer completamente sob a forma da esfera ainda mais restrita e impessoal da administração (ARENDR, 1997, p.70).

Este intervencionismo estatal, vigente na segunda metade do século XIX, foi incorporado pelos governantes sergipanos e aracajuanos até a primeira metade do século XX. A contenção da insalubridade, como um problema de ordem pública, motivou obras de grandes extensões que possuíam como fim a promoção do saneamento e saúde da capital sergipana.

No final da última citação, Arendt (op. cit.) afirma que “em nossos dias a esfera pública começa a desaparecer completamente sob a forma da esfera ainda mais restrita e impessoal da administração”. Esta diluição da esfera pública em “esfera restrita e impessoal da administração” pode ser vislumbrada em Aracaju, através da construção dos grandes conjuntos habitacionais, a partir da década de 1970. Em 1965, governo de Sebastião Celso de Carvalho (1964-1967), com incentivos do governo federal (Marechal Castelo Branco, 1964-1967) e da USAID (United States Agency for International Development) foi criada, dentre outras instituições a COHAB (Companhia de Habitação) em Sergipe, tendo grandes reflexos no âmbito habitacional a partir da década de 1970 (DANTAS, 2004).

Não obstante, Habermas adverte sobre as dificuldades nos usos dos conceitos de público e privado. Dentre as quais a multiplicidade de significados concorrentes, a contraposição dos termos e seu emprego um tanto confuso parecem exigir uma manipulação ideológica:

**O uso corrente de “público” e “esfera privada” denuncia uma multiplicidade de significados concorrentes.** Eles se originam de diferentes fases históricas e, em sua

aplicação sincrônica sobre relações da sociedade burguesa industrial tardia e organizada sócio-estatalmente, entram num turvo conúbio. **As relações que, no entanto, se contrapõem ao uso tradicional do termo, um emprego um tanto confuso dessas palavras, parecem até mesmo exigir a sua manipulação ideológica** (HABERMAS, 2003, p. 13, grifos nossos).

Desse modo, diante da dificuldade das conceituações de público e de esfera pública e, em adição às que foram propostas por Arendt, 1997, cabem, aqui, as considerações de Habermas aos temas em questão:

Chamamos de **“públicos” certos eventos** quando eles, em contraposição às sociedades fechadas, são **acessíveis a qualquer** um – assim falamos de locais públicos ou de casas públicas. [...] O Estado é “o poder público”. **Ele deve o atributo de ser público à sua tarefa de promover o bem público, o bem comum a todos os cidadãos.** [...] A própria esfera pública se apresenta como esfera: o âmbito do que é setor público, contrapõe-se ao privado. Uma análise histórico-sociológica da síndrome significacional de público e esfera pública poderia canalizar as diversas camadas verbais históricas até seu conceito sociológico (HABERMAS, 2003, p.14, grifos nossos).

Através das considerações feitas pelo filósofo e sociólogo alemão, podem ser percebidas as dificuldades nas conceituações e contextualização histórico-sociológica que o termo público e esfera pública exigem. Não obstante, não cabe nesta pesquisa um maior aprofundamento neste campo de estudo, visto que a divisão das categorias de análise das motivações para os aterramentos de manguezais aracajuanos requer apenas uma diferenciação didática entre as esferas pública e privada, muito embora as mesmas estejam bastante interligadas.

### 5.1 A salubridade-acessibilidade

A cidade cresceu fria e inflexível dentro das malhas do reticulado, numa repetição monótona de si mesma. Afundou nos vales e elevou-se nos montes, afrontando a topografia, criando problemas. O seu plano negava as razões geográficas e topográficas que tanto influencia tiveram em sua fundação. A cidade iria pagar por esse erro (PORTO, 1991, p. 34, grifos nossos).

Os primeiros anos da capital sergipana (1855-1921) foram marcados pela insalubridade, que, durante décadas, teve como principal resultado a proliferação de febres intermitentes. Além disto, com a mudança da capital, o ecossistema manguezal e os morros e dunas foram grandes empecilhos à expansão da cidade e à busca de novos acessos. Nota-se, a partir da documentação pesquisada, a associação entre a acessibilidade e o combate à insalubridade, grave problema para os governantes da época em estudo.

Convém explicar em que sentido o termo acessibilidade é utilizado nesta pesquisa. Para a arquiteta Adriana Nogueira, que estudou a urbanização da capital em seus anos iniciais, significa: “a definição de acessibilidade deve ser observada em termos de conectividade, integração e inteligibilidade, ou seja, na medida em que a estrutura urbana contribui para o acesso de um ponto para qualquer outro ponto do sistema” (NOGUEIRA, 2004, p. 173).

A capital de Sergipe foi transferida, em 17 de março de 1855, da cidade de São Cristóvão para o Povoado de Santo Antônio do Aracaju. As primeiras impressões da cidade foram notadas pelo terceiro vice-presidente da Província, o Comendador José da Trindade Prado, em 25 de setembro de 1855. Conforme Prado, a insalubridade vigente à época deveria ser combatida, visto que a moléstia do *Cholera morbus* arrebatara alguns representantes locais, dentre eles o Presidente Ignácio Barbosa, o próprio comendador e o quarto vice-presidente. (CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, 2006a).

Sebrão Sobrinho (1955) aponta as motivações para a transferência da capital para a Barra do Aracaju de acordo com a historiografia da primeira metade do século XX. As motivações apontadas foram: 1ª) interesse econômico individual, 2ª) interesse político pessoal, 3ª) despeito ou recalque racial do Presidente e 4ª) motivo econômico-geográfico ou comercial. O autor explicita, nas motivações 1 e 2, a relação político-econômica do Presidente da Província Ignácio Joaquim Barbosa com o Barão de Maruim. Mas, conclui, através de fontes históricas, que a necessidade da mudança em busca de melhor localização geográfica, aliada a interesses econômicos e sociais, foi o principal motivo para o empreendimento, isto porque, a primeira capital possuía como principal via para o escoamento de mercadorias o rio Paramopama, sujeito ao movimento das marés, o que impedia o acesso de navios de cabotagem. Já a nova proposta estava vinculada à Barra do Cotinguiba, vale fértil de Sergipe. Nesta barra desenvolveram-se os mais prósperos engenhos de açúcar da Província de Sergipe Del Rey. A nova capital foi projetada especificamente para substituir a antiga, São Cristóvão, que já não atendia às necessidades econômicas do lugar. Naquela época, para garantir o seu desenvolvimento, a província de Sergipe necessitava de um porto para o escoamento da sua produção de açúcar e algodão (DINIZ, 1963).

Em setembro de 1855, de acordo com a Secretaria da Presidência (1855), o Presidente da Província adotou medidas enérgicas, proibindo embarcações da Bahia e de outros portos onde existia a epidemia do Cholera. Dessa forma, o capitão do Porto deveria tomar medidas “higienicas, sanitarias e policiais” (CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, 2006b). Na Província do Pará, tinha-se a notícia da existência do Cholera Asiático e, na da Bahia, o *Cholera benigno, vulgar ou sporadico*. Na Província do Pará, a perda quase diária de pessoas ocasionou grandes prejuízos à lavoura, visto que a maioria dos escravos havia sido dizimada (CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, 2006c). Em território baiano, o *Cholera* alastrou-se até mesmo no alto sertão (CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, 2006d).

A insalubridade que grassava, na segunda metade do século XIX, na cidade de Aracaju, pode ser entendida no contexto histórico do Império do Brasil. Na Corte, cidade do Rio de Janeiro, a febre amarela era considerada a moléstia de maior vulto. As estimativas indicavam que cerca de um terço da população dos 266 mil habitantes do Rio contraíram febre amarela no verão 1849 – 1850. O vibrião da cólera afetou a Corte por volta de 1855 e 1856, atingindo também outras províncias do Império, como são os casos do Pará, Pernambuco, Bahia e Sergipe (CHALOUB, 1996).

A primeira grande epidemia ocorrida na incipiente capital Aracaju foi a do *Cholera Morbus*. As fontes indicam que várias providências foram tomadas para evitar a proliferação do flagelo. Em 25 de agosto de 1855, foram lançadas, no Correio Sergipense, as Instruções Sanitárias Populares. Estas eram baseadas “nos mais conceituados Conselhos de Hygiene da cidade da Europa” e versavam sobre as habitações, que deveriam ser ventiladas, limpas e com luz.

Os aterros foram instrumentos de controle de focos das doenças, que, na época, tinham como vetor as águas paradas e sujas. Um exemplo flagrante da associação dos ecossistemas de manguezais e apicuns à insalubridade pode ser observado no trecho a seguir, do Jornal Correio Sergipense, em 19 de dezembro de 1855:

Tem sido sepultados no cemitério desta cidade do Aracajú de 30 de outubro até 5 do corrente 108 cadáveres victimas da epidemia reinante, não se comprehende nesse nº cincoenta e tantos que se enterrarão logo no principio da epidemia no **apicum** do negro pouco mais de meia legoa de distancia desta cidade. (SIMH, CD 007, grifo nosso).

Após um ano da transferência da capital, o Presidente da Província, Sá e Benevides, em relatório dirigido à Assembléia Legislativa, justifica a obra de aterros dos pântanos da capital. Diante do rápido alastramento da cólera, o presidente concebe a obra como de fundamental importância para o “*aceio* da cidade” como também para livrar os habitantes dos funestos miasmas exalados pelas águas estagnadas e pútridas (SIMH, CD 007).

É nesse contexto histórico de insalubridade que surge a cidade de Aracaju. Seus habitantes tiveram que conviver com o clima quente e a natureza aquática do local. Segundo Porto (1991), bem pesadas as coisas, a segunda capital sergipana nasceu numa ilha, cercada, ao leste, pela praia, ao norte, por manguezais, ao oeste, por pântanos e, ao sul, por uma depressão inundável.

Para elaborar o plano de urbanização da cidade, Ignácio Barbosa convidou o então Capitão d’Engenheiros Sebastião José Basílio Pirro. Este se prendeu nas malhas de um traçado em tabuleiro de damas, conforme o classicismo imperante no início do século XIX. Por falta de conhecimento do caráter físico do terreno da nova cidade, o engenheiro abusou de aterros. Diante da urgência da situação, ele não conseguiu fazer um plano que melhor se adaptasse às condições físicas do lugar e que facilitasse as subseqüentes obras de abertura de ruas, proporcionando melhor aspecto à cidade, evitando grandes aterros e facilitando os serviços de drenagem (PORTO, 1991).

Mas o traçado reto não deve tirar o mérito do plano urbanístico de Pirro, sendo necessário um recuo no tempo para observá-lo à luz de seu contexto histórico, como sugere Porto (1991):

Não nos cabe, porém, apodar o trabalho de Pirro. Volvamos aos dias de 1855 para examinarmos as circunstâncias em que ele foi lançado. Na adoção de semelhante plano, Pirro agiu influenciado por fortes fatores de ordem geral e local. Naquele tempo vivíamos dominados por tendências urbanísticas muito inclinadas a um uso exagerado das linhas retas, nos planos das novas cidades ou na remodelação e regularização das existentes. O espetáculo do passado alimentava mesmo este geometricismo, que um certo sabor francês facilitava a penetração em nosso país (PORTO, 1991, p. 30).

No contexto histórico do século XIX, no que concerne ao urbanismo, a cidade de Paris é tida como exemplo de modernidade. Neste sentido, o Barão Georges-Eugène Haussmann (1809 – 1891), prefeito de Paris na época de Napoleão III, transformou a cidade num símbolo da metrópole moderna. Para tanto, com o auxílio de arquitetos, demoliu casas, criou avenidas e implementou *boulevards*.

Para Pesavento (1999), os empenhos de higiene, estética e comércio impeliram ao uso da linha reta, legitimando o trabalho de urbanização empreendido por Haussmann,

caracterizado pelas grandes aberturas. “Estabelecia-se o império da linha reta, a predominância do princípio axial e da larga avenida” (PENSAVENTO, 1999, p. 96).

Com relação à importação do modelo haussmanniano, acredita-se que o “modelo parisiense” foi capaz de viajar no espaço e no tempo, participando das representações sociais construídas sobre a cidade moderna na América Latina (PESAVENTO, 1999, p. 90).

A cidade de Paris não só se transformou em uma referência para o urbanismo moderno, para a idéia da cidade moderna, como também passou a servir de indicador, termômetro da modernidade para construção e reconstrução de múltiplas cidades que importaram e se apropriaram de seus fundamentos (SANTOS, 2007, p.55).

Após esta breve explanação acerca da urbanização no contexto histórico do século XIX, seria interessante retornar a insalubridade, que também dominava a conjuntura histórica aracajuana. Uma referência, neste sentido, revela a associação do topônimo da cidade à proliferação das febres. Ao efetuar a etimologia dos possíveis significados do topônimo Aracaju, Sebrão Sobrinho (1955) descreve o significado para o Dr. Rutgbano Geneiro, ara = doença, ca = fruta, ju = amarelo, ou seja, o nome de Aracaju significava fruta amarela contra a doença, ou melhor, contra as febres palustres. A partir deste relato, pode-se deduzir que as febres de Aracaju já eram disseminadas na região antes mesmo da transferência da capital, visto que outros topônimos, como Barra do Aracaju, povoado de Santo Antonio do Aracaju ou portos e praias do Aracaju já eram dados ao local antes mesmo da transferência da capital (SEBRÃO SOBRINHO, 1955).

O primeiro registro sobre os aterros do ecossistema manguezal remonta aos anos iniciais da nova capital, mais precisamente ao dia 31 de março de 1856. Porto (2003), com base num parecer da comissão formada pelos Engenheiros Garcia de Almeida, Pereira da Silva e o Capitão do Porto José Moreira Guerra, relata o descortinamento da ponta do Tramandaí:

- 1) facilitar a praticagem do porto, ora mascarada pelo mangue;
- 2) por em relação os movimentos da catraia na Barra com a Atalaia e os sinais da Capitania, para socorrer qualquer sinistro que por ventura apareça;
- 3) entregar à ação do sol o terreno descortinado e evitar os miasmas, que pelo tempo de inverno o vento Sul costuma lançar sobre a cidade;
- 4) vista agradável de que fica o público gozando (PORTO, 2003, p. 129).

A exposição do primeiro motivo pelos engenheiros demonstra que o manguezal, na época, era visto como um empecilho à navegação no então rio Cotinguiba, mais tarde rio Sergipe. Ou seja, havia a necessidade de acesso ao rio. O terceiro motivo corrobora o pensamento, vigente à época, de que o manguezal estava associado à disseminação de febres, visto que o mesmo exalava miasmas que contagiavam as pessoas, por conta de suas águas “pútridas” e paradas. Todavia, este pensamento já estava disseminado mesmo antes da transferência da capital, em 1855. Voltando ao documento *Memória sobre a Capitania de Serzipe*, 1808, D. Marcos de Souza, descrevendo a *Villa-Nova*, destaca:

O clima de todos os districtos d’esta villa, que ficam a borda do rio, é pouco saudável, porque a putrefacção de animaes e vegetaes depositados pelas enchentes nas grandes lagoas (começa o rio de S. Francisco a encher em outubro

até março) impesta com seos vapores nocivos todos os lugares próximos as águas estagnadas. São freqüentes as febres intermitentes e pôdres (SOUZA, 1808, p.40).

Esta foi a mentalidade que permeou por muito tempo o pensamento dos aracajuanos, principalmente o dos governantes, que enxergavam em lagoas, manguezais e pântanos o abrigo perfeito para a proliferação de febres (CARDOSO, 2002). De acordo com Santana (2005), o governo apresentou um pequeno programa de saneamento ambiental para Aracaju, no qual o aterro de pântanos e distribuição de água potável constituíram-se em graves problemas que deveriam ser enfrentados.

Neste sentido, e como exemplo da conexão salubridade-acessibilidade, serão apresentados os governos dos presidentes de Estado, o do General Manuel P. de Oliveira Valladão (1894 – 1896 e 1914 – 1918) e o do Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo (1897 – 1898 e 1918 – 1922). Os segundos mandatos destes governantes foram marcados pelo início de uma prática que associava o desmonte de morros e o aterramento de áreas alagadas. Isto ocorreu, sobretudo, devido à grande expansão econômica que o estado passava através da arrecadação de impostos provenientes da elevação dos preços do açúcar (DANTAS, 2004).

Segundo Dantas (2004), os governos do General Valladão e do Coronel Pereira Lobo possuíam grandes similitudes. A primeira diz respeito ao fato de os dois presidentes do estado sergipano serem militares, incorporados aos quase quinze anos da presença de oficiais no poder público. A segunda diz respeito ao relacionamento estreito que os dois governantes mantinham: Pereira Lobo era genro de Valladão e, com isto, os dois políticos se revezaram no poder, entre o período 1894 e 1922, quer como senadores ou deputados, quer como presidentes de Estado, sempre apoiados por Pinheiro Machado, político gaúcho da República Velha, que possuía grande prestígio em âmbito nacional.

Em mensagem como Presidente do Estado de Sergipe, no seu segundo mandato de governo (1915), o General Valladão discorre na seção saneamento da capital sobre o aterro de charcos que foram feitos com o fim de embelezamento e promoção da salubridade. Para a execução dos mesmos, foram utilizadas locomotivas provenientes da Fundação Guanabara no Rio de Janeiro.

A extensão da linha assentada e já trafegada, a partir das officinas das obras do Porto até o Alto da Borborema, d'onde está sendo tirado o material para o aterro, é de 2,6 826 m, sendo ao todo 3,6136 m, compreendendo os ramaes e excluindo os desvios (VALLADÃO, 1915, p. 86).

A partir da citação acima, é percebida a utilização de material retirado para o aterro dos charcos aracajuanos. Dois anos após, em 1917, o General Valladão disserta sobre o adiantado das obras e a desapropriação de casas de menor valor econômico que estavam incongruentes com o modelo de urbanização da época:

As obras acham-se actualmente bastante adiantadas e para a obtenção da terra (areia fina) necessária á terraplanagem, o Governo foi forçado a fazer a desapropriação de mais de 30 casas de pequeno valor, na maior parte de cobertas de palha e situadas em ruas condenadas pela Municipalidade por se acharem em desaccordo com a planta da cidade (VALLADÃO, 1917, p. 42).

Sugere-se a hipótese de que, provavelmente, havia um morro nas proximidades das casas, por conta das areias finas retiradas para os aterros. Nota-se também que a

precariedade das construções “cobertas de palha” representava uma divergência para os padrões de urbanização da época.

Em 1920, o Coronel Pereira Lobo, também ao apresentar Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado, relatou a execução de grandes extensões de aterros e justificou-os. Primeiro, a questão do difícil acesso causado por uma imensa lagoa de apicum localizada no bairro Industrial:

**Ponto grandemente freqüentado, da maior comunicação com os diversos locais da cidade, a Estação da estrada de Ferro, até então, era um dos de mais difícil acesso, principalmente nos tempos invernosos, pela imensa lagoa que se formava nos terrenos de apicum, que separam a rua de Japarutuba do bairro Industrial** (LOBO, 1920, p. 79, grifos nossos).

Na mesma mensagem, o Coronel Lobo apresentou mais justificativas: a construção de uma via férrea que facilitasse os aterros e a promoção econômica e higiênica através do desmonte de dunas e do aterro de pântanos e baixadas inundáveis:

**Aracajú, [...] de muito tempo necessita, de ser cortada por via ferrea de norte a sul e de leste a oeste, afim de ser intensificado o mais possível o serviço de aterro por locomotivas, que é o único meio que oferece resultados para grandes cubações. Este serviço, que está no meu programma, traz o duplo fim higienico e economico: higienico, tornando salubres baixadas e pantanos nefastos, com o aterro; econômico, por entregar á cidade maiores extensões de ruas e praças, com o desaterro de dunas** (LOBO, 1920, p. 80, grifos nossos).

Ainda no mesmo documento, foram mencionadas as dimensões dos aterros de uma lagoa e de uma área de apicum e o desmonte do morro do Borborema. A lagoa situava-se na rua Villanova e o aterro da mesma foi da ordem de 1600m (PENSAVENTO, 1999; CARDOSO, 2003). Já a área de apicum mediu cerca de 250.000 m<sup>2</sup>; essa era um grande empecilho à ligação entre o centro da cidade e o norte da cidade, onde estava localizado o incipiente bairro Industrial. No que concerne ao desmonte do morro do Borborema, a fonte revela que adjacente ao local “[...] foi construído um grande galpão para deposito e abrigo das locomotivas, podendo ahi ser feitos serviços de limpeza e reparos ligeiros das mesmas” (LOBO, p.81).

Com o aterro da grande área de apicum, pôde-se estabelecer a ligação entre o local à margem da fábrica Sergipe Industrial com os terrenos do Manoel Preto (GRAÇA, 2005). A grande devastação de apicum empreendida na área foi justificada pela importância daquele espaço para edificações e logradouros públicos. A partir desse momento, as obras de aterros não se referem apenas à insalubridade, mas à busca de novos acessos e, logo, à expansão urbana da cidade.

Em 1921, Pereira Lobo recorre novamente aos aterros por conta do terrível flagelo que acometera as localidades do litoral, o impaludismo (CHALHOU, 1996). E ratifica a importância dos aterros para o combate da doença, através da drenagem e do saneamento, qualificando-os como principal obra de sua administração. Além de combater a moléstia, o Coronel pretendia, através dos aterros, embelezar a cidade de Aracaju. Tal embelezamento foi efetivado através da desapropriação de 126 casas de palha, situadas ao lado norte da cidade, cujos quintais eram focos permanentes de infecção.

Dois anos após, em 1923, outros aterros de apicuns foram propostos; dessa vez, por iniciativa do Intendente Municipal Dr. Baptista Bittencourt (IHGS, 2007). O Intendente, na seção de obras públicas de sua mensagem, fez alusão à construção da “Ponte do tecido” no bairro industrial. Dentre os benefícios da edificação da ponte, destacou-se a facilidade de acesso dos operários da Indústria Têxtil (das fábricas Sergipe Industrial e Confiança) ao local. Para tanto, foi necessário o aterro sobre o apicum, uma vez que a área em questão impossibilitava o trânsito no local, que estava sujeito à inundação pelas marés.

O aterro da “Ponte do tecido” mediu quatrocentos metros de comprimento, treze metros de largura e dois de altura, ou seja, 10400m<sup>3</sup>. A obra teve sua extensão entre o leito da estrada de ferro e o prolongamento das ruas Itabaianinha, Itabaiana e Praça Pinheiro Machado. Para a efetivação do aterro, foi construído um ramal de estrada de ferro pela Companhia Este Brasileiro, com extensão de 700 metros, com a finalidade de transportar a areia do morro do “Borborema”.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A grandiosidade dos aterros da primeira metade do século XX deve-se à busca de novos acessos e ao desenvolvimento urbano da cidade de Aracaju, notadamente do Bairro Industrial. A prática de aterramentos de lagoas, baixadas inundáveis, manguezais e apicuns esteve associada às construções da estrada de ferro que cresceu concomitantemente à referida prática. Havia, assim, uma relação de dependência, um ciclo vicioso que, ao mesmo tempo, desterrava dunas, aterrava manguezais e ainda ofertava espaço para a construção de mais quilômetros de ferrovia.

Neste sentido, os primeiros anos da cidade de Aracaju foram marcados pelos aterros de manguezais, lagoas, depressões inundáveis e desmontes de morros e dunas. Estes recursos urbanísticos foram justificados pela insalubridade e pela necessidade de expansão da incipiente capital. Não obstante, esta prática de aterro-desmonte perdurou, em Aracaju, até a década de 1950, época de dilatação da cidade para o sul, principalmente para os bairros São José e 13 de Julho.

*Artigo recebido em: 09/09/2008*

*Artigo aceito em: 10/02/2009*

## REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo; pós-fácio Celso Lafer. 8ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: edições 70, 1977.

BITTENCOURT, Dr. A. B. **Mensagem apresentada ao Conselho Municipal de Aracaju em 10 de janeiro de 1923, pelo Intendente Dr. A. Baptista Bittencourt**. Aracaju: Typographia do Sergipe Jornal, 1923, p. 12, 32-34. IHGS – SS 5764.

CARDOSO, A. Uma geografia da morte: roteiro do cólera por Sergipe: 1855-1856. **Revistado Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 33, p. 209-236, Edição comemorativa dos 90 anos de sua fundação 2000-2002.

\_\_\_\_\_. Cidade de Palha: Aracaju 1855-1895. **Revista de Aracaju**. Aracaju, n. 10, p. 111-115, 2003.

CHALHOUB, S. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

C-CONDEM - Corporación Coordinadora Nacional para la Defensa del Ecosistema Manglar. **Situación del ecosistema manglar**. Disponível em: <http://www.ccondem.org.ec/cms.php?c=185> Acesso em: 20 nov. 2007.

CENTER for research libraries. **Relatório apresentado pelo terceiro vice-presidente desta Província, commendador José da Trindade Prado, por ocasião de passar a administração da mesma Província ao Primeiro Vice Presidente, Barão de Maroim no dia 25 de setembro de 1855**. p.1. Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/serg.htm>. Acesso em: 18 fev. 2006a.

\_\_\_\_\_. **Relatório apresentado pelo terceiro vice-presidente desta Província, commendador José da Trindade Prado, por ocasião de passar a administração da mesma Província ao Primeiro Vice Presidente, Barão de Maroim no dia 25 de setembro de 1855**. p.1 Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/serg.htm> Acesso em: 18 fev. 2006b.

\_\_\_\_\_. **Relatório do Vice-presidente Pinto Guimarães em 15 de outubro de 1855**. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1001/000001.html> Acesso em: 20 de fev. 2006c.

\_\_\_\_\_. **Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia pelo presidente da província, o doutor Alvaro Tiberio de Moncorvo e Lima em 14 de maio de 1856**. Bahia, Typ. de Antonio Olavo da França Guerra e Comp., 1856.p. 7. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/119/000007.html> Acesso em 20 de fev. 2006d.

DANTAS, I. **História de Sergipe**: República (1889 – 2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

DINIZ, A. **Aracaju**: síntese de sua geografia urbana. Aracaju: tese de concurso para catedrático, 1963.

FRANCO, M.L. P. B. **Análise do Conteúdo**. Brasília: Plano editora, 2003.

GRAÇA, T. C. C. da. **De maçaranduba a industrial**: história e memória de um lugar. Aracaju: Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Esportes – FUNCAJU, 2005.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Trad. Flávio R. Kothe, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

IHGS – Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe **Mensagem apresentada à Assembléia legislativa, em 7 de setembro de 1921, ao instalar-se a 2ª sessão ordinária da 14ª legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lôbo, Presidente do estado.** P. 57. IHGS - SS – 2990.

IHGS - Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. **Mensagem apresentada ao Conselho Municipal de Aracaju em 10 de janeiro de 1923, pelo Intendente Dr. A. Baptista Bittencourt.** Aracaju: Typographia do Sergipe Jornal, 1923, p. 12, 32-34. IHGS – SS 5764.

LACERDA, D. *et al.* Manguezais do Nordeste. **Ciência Hoje**, v.39, nº 229, ago. 2006

LI, M.S.i, LEE, S.Y. Mangroves of China: a brief review. **Forest Ecology and management** 96 (1997), 30 out. 1996, p. 241-259.

LOBO, J.J.P. **Mensagem apresentada à Assembléia legislativa, em 7 de setembro de 1921, ao instalar-se a 1ª sessão ordinária da 13ª legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lôbo, Presidente do estado.** P. 57. IHGS - SS – 2989.

\_\_\_\_\_. **Mensagem apresentada à Assembléia legislativa, em 7 de setembro de 1921, ao instalar-se a 2ª sessão ordinária da 14ª legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lôbo, Presidente do estado.** P. 57. IHGS - SS – 2990.

MANGUEZAIS: sistemas abertos. **Revista Ecologia e Desenvolvimento.** Ano 2. nº 27. Ed. 3ª Mundo Ltda. Maio, 1993. p.30 a 37.

NOGUEIRA, A. D. **Análise Sintático-Espacial das transformações urbanas de Aracaju: 1855-2003.** 365p. Tese (Doutorado em Urbanismo), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

OLMOS. F.; SILVA; R. S. **Guará: ambiente, flora e fauna dos manguezais de Santos-Cubatão, Brasil.** São Paulo, Empresa das Artes, 2003.

OSLON, D. M.; DINERSTEIN, E. The global 200: representation approach to conserving the earth's most biologically valuable ecoregions. **Conservation Biology**, volume 12, nº3, june, 1998, p. 502 – 515.

PESAVENTO, S. J. **O imaginário da cidade: Visões literárias do urbano – paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999. p. 35.

PORTO, F. F. **A cidade do Aracaju 1855 – 1865: ensaio de evolução urbana.** 2ªed. Aracaju: Governo de Sergipe/FUNDESC, 1991.

\_\_\_\_\_. **Alguns nomes antigos do Aracaju.** Gráfica editora J. Andrade, 2003.

SANTANA, A.S. **As febres do Aracaju: dos miasmas aos micróbios.** Aracaju: o autor, 2005.

SANTOS, W.R.A. **Práticas e Apropriações na Construção do Urbano na Cidade de Aracaju/SE**. São Cristóvão, SE, Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), Universidade Federal de Sergipe (UFS), 2007. 144 p. Dissertação de Mestrado.

SAMPAIO, E. V.S.B.; SOUZA, M. M. de A. Variação Temporal da Estrutura dos Bosques de Mangue de Suape – PE após a Construção do Porto. **Acta Botânica Brasileira**, 15 (1), 2001, p. 1-12.

SCHAEFFER-NOVELLI, Y. Perfil dos ecossistemas litorâneos brasileiros, com especial ênfase sobre o sistema manguezal. **Publicação Especial do Instituto de Oceanografia da USP**, São Paulo, (7), 1989, p.1-16.

SCHAEFFER-NOVELLI *et al.* Variability of mangrove ecosystem along the brazilian coast. **Estuaries**, Vol. 13, nº2, June 1990, p. 204 – 218.

SCHAEFFE -NOVELLI, Y.; CINTRON-MOLERO, G. Manguezais brasileiros: Uma síntese sobre aspectos históricos (séculos XVI a XIX), zonação, estrutura e impactos ambientais. **Anais do III Simpósio de Ecossistemas da Costa Brasileira**, Publicação ACIESP no. 87-I, Serra Negra, SP: 333-341. 1993.

SEBRÃO SOBRINHO. **Laudas da História do Aracaju**. Aracaju: Prefeitura Municipal, 1955.

SIMH - Sistema Informatizado de Memória Histórica de Sergipe. **Correio Sergipense** – ANNO XVIII – Sábado, 1º de setembro de 1855, nº41, p. 1. Typographia Provincial de Sergipe na cidade de Aracaju, 1855 – Administrador L. F. de M. Cavalcanti. SISDOC (Sistema de Documentação), Sergipe (Estado). Secretaria de Estado da Cultura, SIMH (Sistema Informatizado de Memória Histórica de Sergipe), CD ROM 007.

SIMH - Sistema Informatizado de Memória Histórica de Sergipe. Estatística Mortuária. **Correio Sergipense** – ANNO XVIII – Quarta-feira, 19 de dezembro de 1855, nº59, p. 1. Typographia Provincial de Sergipe na cidade de Aracaju, 1855 – Administrador L. F. de M. Cavalcanti. SISDOC (Sistema de Documentação), Sergipe (Estado). Secretaria de Estado da Cultura, SIMH (Sistema Informatizado de Memória Histórica de Sergipe), CD ROM 007.

\_\_\_\_\_. Instruções Sanitárias Populares. **Correio Sergipense** – ANNO XVIII – Sábado, 25 de agosto de 1855, nº39, p. 1. Typographia Provincial de Sergipe na cidade de Aracaju, 1855 – Administrador L. F. de M. Cavalcanti. SISDOC (Sistema de Documentação), Sergipe (Estado). Secretaria de Estado da Cultura, SIMH (Sistema Informatizado de Memória Histórica de Sergipe), CD ROM 007.

\_\_\_\_\_. **Relatório com que foi aberta a 1ª sessão da Undécima Legislatura da Assembleia Provincial de Sergipe no dia 2 de julho de 1856 pelo Excellentíssimo Presidente Doutor Salvador de Sá e Benevides**. Bahia, na Typographia de Carlos Poggetti, rua do Corpo Santo, nº47, 1856. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1051/index.html>, Acessado em 20 de fevereiro de 2006.

SOUZA, D. M. A. de. *Memórias da Capitania de Serzipe*. Aracaju: Departamento Estadual de Estatística, 1808.

RUIZ, R. S. *et al.* 1997. Documento base para la elaboración de la Política Nacional de Ordenamiento Integrado de las Zonas Costeras Colombianas. Documento de consultoría para el Ministerio del Medio Ambiente. **Serie publicaciones especiales**, No.6, 390p. Disponível em: <http://usuarios.lycos.es/camilobotero/steer.pdf> . Acesso em: 20 nov. 2007.

VALLADÃO, M. P. O. **Mensagem dirigida á Assembléa Legislativa de Sergipe em 7 de setembro de 1915 por ocasião da abertura da 2ª sessão ordinária da 12ª legislatura pelo presidente do Estado General Manuel P. de Oliveira Valladão**, Aracaju, Typographia d'O Estado de Sergipe, 1915. (IHGS – SS 2982).

\_\_\_\_\_. **Mensagem dirigida á Assembléa Legislativa de Sergipe pelo Presidente do Estado General Manuel P. de Oliveira Valladão em 7 de setembro de 1917, ao instalar-se a 1ª sessão ordinária da 13ª Legislatura**, Aracaju: Imprensa oficial, 1917 (IHGSE – SS 2982).

WORSTER, D. Para fazer História Ambiental. *In: Estudos Históricos*, vol. 4, n. 8, 1991, p. 198 - 215.